



**PREFEITURA DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na Parada Pedagogia Geral da UNAS**

*Painel:*

*Direitos humanos, mídia e redes sociais*

(16/8/13, às 9h, na quadra da UNAS, em Heliópolis)

Bom dia a todas e todos,

É uma grande satisfação participar deste encontro, organizado por pessoas historicamente comprometidas com a promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil. Agradeço fortemente o convite e cumprimento todos os participantes.

É um grande desafio falar do tema aqui proposto: 'Direitos humanos, mídia e redes sociais'. Cada um desses aspectos já seria assunto para o dia todo! Ao mesmo tempo, são temas fortemente ligados e há uma grande dificuldade de fazer esse debate integrado.

Avançamos muito na promoção e defesa dos direitos humanos no País desde o início do processo de redemocratização ocorrido depois da ditadura militar, mas ainda temos muito a construir. E considerando que direitos humanos não admitem retrocessos, precisamos trabalhar constantemente para garantir essa perspectiva.

Podemos começar reconhecendo e celebrando os avanços históricos alcançados no Brasil, sobretudo nos últimos dez anos, que revigoram nossas forças e nossa convicção no poder transformador da participação social. Mais do que isso, nos dá energia para ir além e pensar novas formas de resistência e de ativismo social para dar conta dos desafios atuais.

Entendo que começamos a mudar a cultura de violações, que naturalizava a discriminação e a violência, em favor de uma cultura de direitos, na qual as pessoas têm espaço para manifestar sua indignação e participar das decisões políticas que impactam suas vidas.

Mas os espaços de manifestação ainda não são totalmente democráticos. Algumas pessoas têm mais direito de se expressarem do que outras. O que quero dizer com isso? Todos nós temos garantido o nosso direito à liberdade de expressão, mas os meios para isso são bastante diversos.

Posso muito bem subir em um banquinho, no meio de qualquer praça, e dizer o que quiser. Pelo menos teoricamente eu tenho esse direito de expressão garantido. Hoje em dia posso também escrever um texto e colocar no meu perfil nas redes sociais, ou em algum blog. Isso tem o seu impacto, que pode até ser grande. Mas não tem comparação com o impacto da informação veiculada pelos grandes meios de comunicação, os jornais de circulação nacional ou as empresas de radiodifusão.

Esse é o primeiro ponto que precisamos pensar. Há uma desigualdade na oportunidade de divulgar informações e isso impacta diretamente na capacidade de fazer a disputa de valores na sociedade. Sai na frente quem detém os grandes meios de comunicação.

Se temos essas amarras para fazer a disputa de valores, acabamos ficando reféns das opiniões de empresas de comunicação, que nem sempre são alinhadas aos princípios de direitos humanos que defendemos e conquistamos historicamente.

Podemos até refletir que essa restrição é bastante oportuna para manter o estado atual das coisas, pois menos pessoas têm a possibilidade de deixar públicas suas insatisfações e suas proposições de mudança. É bem mais fácil bloquear esse debate para não dividir o espaço, não incluir novos atores, novas ideias, novas culturas.

É por isso que não podemos fugir do debate da regulação da mídia, para ampliar e democratizar o acesso aos meios de comunicação social. A democracia tem que dar espaço para as mais diversas vozes, progressistas e também conservadoras, com a mesma intensidade e com pluralidade.

Ou seja, a chamada regulação de mídia, nesse cenário, está muito longe da chamada censura que acusam qualquer ação dessa natureza. Muito pelo contrário. A regulação de mídia em um contexto democrático deve servir, justamente, para fortalecer e garantir a mais ampla liberdade de expressão e, conseqüentemente, os valores dos direitos humanos.

Como bem sabemos, é o movimento social que faz a disputa de valores, e nessa posição ajuda os governos a tomarem posições e avançarem na agenda de garantia de direitos humanos. Por isso, o acesso aos grandes

meios de comunicação deve ser garantido também aos movimentos sociais, como um importante instrumento democrático e cidadão.

Além do aspecto da democratização dos meios, precisamos nos debruçar nas hipóteses em que a própria mídia é um agente violador dos direitos humanos. Não raro nos deparamos com programas recheados de conteúdo racista, machista, homofóbico, xenófobo e discriminatório em geral. Isso é grave por diversos aspectos.

Em primeiro lugar, por uma questão jurídica. A Constituição Federal, em seu artigo 221, estabelece que a radiodifusão deve atender a alguns princípios mínimos, dar prioridade a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Deve ainda respeitar os valores éticos e seguir as determinações da própria Constituição. Ora, a nossa maior lei estabelece justamente a proibição de todas essas práticas que violam os direitos humanos!

Há ainda outro aspecto, mais técnico. A radiodifusão é uma concessão pública. O que significa isso? A radiodifusão, originalmente, é um serviço público, e não privado. Isso porque, para acontecer, a transmissão passa pelo ar, que é público. Mas, pela origem histórica da radiodifusão, o serviço é prestado por particulares, em nome do poder público. Então isso veda ainda mais qualquer possibilidade de violar direitos humanos em cadeia nacional!

De todo modo, esse debate é muito difícil de ser feito. Como eu disse, qualquer ação nesse sentido é taxada como censura, o que evidentemente não procede. Mas a ameaça de distribuição do poder da comunicação confronta grandes interesses estabelecidos historicamente, justamente daqueles que detém o poder de decidir o que vai ou não ser discutido pela sociedade a partir dos grandes meios de comunicação.

Não podemos esmorecer nessa tarefa e devemos pautar o debate em todos os fóruns possíveis. Essa conversa aqui, por exemplo, é também muito importante para avançarmos nessa agenda.

Obviamente, o passivo histórico de desigualdades no Brasil é enorme e impõe a necessidade de avançar ainda mais e mais rápido. O passado não tão distante, marcado por regimes autoritários e violações das liberdades, deixou profundas seqüelas no país, que ainda tentamos remediar. Não bastasse nosso histórico colonial explorador e escravagista, passamos por ditaduras que anularam brutalmente os direitos civis e políticos no País. Enfim, séculos de impunidade, de produção e reprodução de uma cultura de violações, em que a violência era naturalizada, banalizada e potencializada diante da falta de justiça e de punições que pudessem dar um basta nesse ciclo, que sinalizassem que não aceitamos viver sem liberdade, justiça e dignidade.

O processo de redemocratização do País começou a quebrar esse ciclo, com uma ação constituinte intensa de afirmação de direitos. No governo Lula vimos as afirmações e reconhecimentos serem ampliados, especialmente ao contar histórias “incontadas”, a reconstruir e valorizar sujeitos normalmente excluídos e buscar reparação. Vemos isso nas ações afirmativas na educação, as indenizações aos hansenianos internados compulsoriamente, políticas para o segmento LGBT, a elaboração do projeto da comissão nacional da verdade. Programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família, ou o aumento do salário mínimo, tornaram-se referência internacional e retiraram aproximadamente 40 milhões de pessoas da pobreza, contribuindo sensivelmente para reduzir as desigualdades sociais.

Além das melhorias sociais e econômicas, na última década, o Brasil avançou muito na consolidação democrática, fortalecendo as instituições de

representação social existentes e ampliando espaços públicos e canais de participação. Ou seja, o Brasil não apenas cresceu e distribuiu renda, mas também procurou agregar a seu padrão de desenvolvimento requisitos fundamentais para o crescimento com qualidade e justiça social: a ampliação dos direitos de cidadania, a consolidação da democracia, a geração de trabalho e renda e oportunidades de ascensão social com equidade.

Passamos sempre por momentos delicados na afirmação dos direitos humanos, idas e vindas. Vocês devem lembrar o contexto recente envolvendo o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3. A construção do texto ocorreu em um processo amplamente democrático, a partir da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que envolveu mais de 14 mil pessoas. O Programa resultou em um decreto com determinações para o Poder Executivo Federal e recomendações aos outros poderes e instâncias federativas no âmbito dos direitos humanos. As reações foram inacreditáveis. Nos acusaram de querer derrubar o Cristo Redentor porque previmos a retirada de símbolos religiosos das repartições públicas federais!

Ficamos reféns dos argumentos que circulavam nos grandes meios de comunicação, sem conseguir responder adequadamente às críticas que estavam sendo feitas. Das 511 ações previstas inicialmente, duas foram retiradas após o debate. Uma delas era justamente sobre um instrumento de fortalecimento dos direitos humanos nos meios de comunicação. A ação previa “elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar um ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de direitos humanos, assim como os que cometeram violações”.

Honestamente, não há nada que me pareça uma afronta à liberdade de expressão neste texto! Nada seria proibido, analisado, censurado ou qualquer coisa do tipo. A proposta era criar um mecanismo de transparência que informasse sobre os veículos de mídia com maior ou menor comprometimento com a pauta dos direitos humanos. Eles poderiam seguir com suas linhas editoriais da forma que bem entendessem, mas as pessoas saberiam sobre isso. Apesar de todo o esforço de manter a integralidade do Programa, não foi possível manter essa simples disposição. É muito grave.

Reafirmo, portanto, que precisamos fortalecer a ação dos movimentos sociais para fazer a disputa de valores no conjunto da sociedade, inclusive pela pauta da democratização e regulação dos meios de comunicação social. Sem a participação social qualificada, crítica, engajada, continuaremos avançando a passos lentos.

Precisamos fortalecer cada vez mais a sociedade civil organizada, os movimentos sociais, os jovens, estudantes, formadores de opinião, multiplicadores, para impulsionar, formular e construir juntos esse percurso, passo a passo. A juventude brasileira é criativa, conectada, batalhadora, diversa, que supera desafios todos os dias para estudar, trabalhar e ter lazer e que não pode viver com medo de sair às ruas, sentir-se diariamente ameaçada.

A democracia é um processo em constante construção e amadurecimento, e passaremos sempre por momentos de avanços e recuos, de disputa de valores e de forças divergentes. Isso faz parte do processo democrático – o que não significa admitir retrocessos conservadores, ou admitir a exclusão e marginalização de uma ou outra pessoa, seja pelo motivo que for.

Precisamos fazer ainda a revolução dos direitos humanos, uma avalanche de iniciativas que disseminem a cultura e educação em direitos humanos

em todos os lugares, com ocupação do espaço público, com políticas públicas transversais, com garantia de direitos, cidadania LGBT, inclusão da população em situação de rua, protagonismo juvenil, respeito ao migrante, aos idosos, políticas humanizadas de atenção às drogas, segurança pública, enfrentamento ao trabalho escravo, direito à memória e à verdade, igualdade de gênero e racial, acessibilidade para pessoas com deficiência. E sempre, sempre com participação social em todos os momentos de construção das políticas e da gestão pública.

Estamos no caminho e juntos nessa luta!

Forte abraço. Obrigado.